

**"GLAMOUR HOJE É TER UM DIPLOMA": ESTUDANTES TRANS, (RE)
EXISTÊNCIA DE CORPOS ABJETOS NA ESCOLA**

***Eixo Temático ET - 19 Gênero e sexualidade na escola: Novas ameaças,
enfrentamentos e possibilidades de resistências***

Nilson Carlos Nascimento dos Santos ¹
Elis Cristina Fiamengue ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivos problematizar e analisar o processo de escolarização formal no ensino básico de pessoas trans, os principais entraves que inviabilizam sua permanência no espaço escolar e propor discussões quanto a pedagogias e currículos alternativos para estudantes trans. Utilizamos a pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica como técnica com o intuito de alcançar os objetivos propostos. A pesquisa se ampara nos aportes teóricos pós-estruturalistas, que abarcam os estudos de gênero em diálogo com o campo da educação e currículo, na perspectiva de pensarmos a teoria *queer*, gênero e sexualidades dissidentes. Assim se investiga a corroboração da escola enquanto aparelho ideológico para expulsão do (da) estudante trans do processo de escolarização formal do ensino básico.

Palavras-chave: Estudantes trans; Educação, Currículo, Teoria queer.

Introdução

A frase “*Glamour hoje é ter um diploma*”, proferida por Cláudia Menezes de 68 anos, travesti, ex-aluna do Colégio Estadual Caetano de Campos em São Paulo, onde concluiu o ensino médio em 2019³, marca a oposição do corpo travesti na permanência do sistema de ensino formal. A vigilância hegemônica silencia narrativas como essa, evidenciando como “as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos

¹Nilson Carlos Nascimento dos Santos, Mestrando do programa Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz - BA, ncsantos1@uesc.com;

²Elis Cristina Fiamengue, Doutora em Sociologia, Professora Adjunta de Dep. de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz - BA, eliscf@gmail.com

³ Dhiego Maia “Com fama de acolhedora, escola no centro de SP vira referência para pessoas trans.” <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/com-fama-de-acolhedora-escola-no-centro-de-sp-vira-referencia-para-pessoas-trans.shtml>

tenham direito à fala.” (RIBEIRO, 2019, p. 67). A perseverança de Cláudia em concluir o ensino médio é um ato de resistência que contraria as estatísticas de evasão de estudantes trans no sistema básico de ensino. O colégio de São Paulo é exceção na realidade das escolas públicas brasileiras do ensino básico, que necessitam “[...] de uma modificação substancial para refletir as formas pelas quais a diferença é produzida por relações sociais de assimetria.” (SILVA, 2005, p. 90).

A diversidade de gênero cresce na sociedade contemporânea, através de representações e experiências que se dissociam do padrão cisheteronormativo, as chamadas dissidências de gênero, entre as quais, pessoas trans. Longe do glamour das redes sociais, esses corpos tipificados pela abjeção têm suas existências atravessadas por violências.

Essa pesquisa é de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental amparada nos aportes teóricos de Berenice Bento, Michel Foucault, Judith Butler, Tomaz Tadeu da Silva, Moita Lopes, Guacira Lopes Louro, Larissa Pelucio e Richard Miskolci, considerando que esses teóricos pós-estruturalistas abarcam os estudos de gênero em diálogo com o campo da educação, na perspectiva de pensarmos a teoria *queer*, gênero e sexualidades dissidentes (mais especificamente a experiência trans) e relações de poder.

A escola é um Aparelho Ideológico do Estado, como afirma Althusser (1985), e como tal, contribui para a reprodução de padrões de comportamentos hegemônicos e submissão à classe dominante, constituindo-se em um micro espaço de poder onde impõe-se uma matriz heteronormativa, elemento constitutivo da ideologia dominante. É nesse ambiente que muitas vezes se inicia a trajetória tortuosa de pessoas trans. A escola, teoricamente espaço de acolhimento, reprime e silencia identidades que não comungam com uma visão binária de gênero.

Segundo Butler (2014), o discurso normatizador, que restringe o gênero a uma perspectiva binária homem/mulher, legitima práticas reguladoras de poder que naturalizam a matriz heterossexual. As identidades que rompem essa lógica binária constituem-se em corpos e subjetividades odiados. Ao reivindicar direitos à vida e educação, perturbam a “normalidade” da escola. Ao se desconectar da garantia de direitos, fomentando um ambiente de preconceito e estigmatização, a escola constitui-se um terreno fértil para a disseminação de uma engenharia de produção de corpos normais (BENTO, 2011).

As violências contra estudantes trans nas escolas são divulgadas diariamente, mostrando a impunidade dos agressores, o descaso das autoridades e a omissão do Estado. Em manchetes como “Aluna trans é agredida em escola na grande São Paulo”⁴, “Duas estudantes são vítimas de transfobia em escola estadual de Pernambuco, no Grande Recife”⁵ a transfobia materializa-se através de violências múltiplas.

Discussão

A problematização da escolarização de pessoas trans, suas trajetórias de formação e embates pela permanência em instituições de ensino básico, foco deste trabalho, torna-se relevante ao considerarmos a atual conjuntura do país, caracterizada por um fundamentalismo moral e cultura de intolerância a quaisquer expressões que se alijam das normas cisheteronormativas. A exclusão de pessoas trans do processo de escolarização formal as induzem, em sua maioria, a subempregos, prostituição e precariedade.

As chamadas sexualidades dissidentes subvertem a lógica binária que circunscreve as múltiplas expressões e subjetividades a um aspecto puramente biológico, onde o masculino/feminino, homem/mulher é naturalizado e legitimado pela sociedade. Essa lógica binária “produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais”. (BENTO, 2017, p. 9).

Nesse contexto, a lógica binária deslegitima a existência de corpos trans.

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo⁶, um ranking vergonhoso que revela transfobia e inexistência de políticas que defendam essas pessoas, cuja expectativa de vida é de 35 anos⁷. Ironicamente, o país lidera pesquisas por conteúdo erótico deste público⁸. Por certo a psicanálise oferece subsídios para discussões quanto à dialética desejo/abjeção. Ao elaborar a relação margem/centro, Larissa Pelúcio expõe

⁴ Gonçalves, Gabriela “Aluna trans é agredida em escola da grande São Paulo.” Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/aluna-trans-agredida-em-escola-da-grande-sao-paulo-25390094>

⁵ Barros, L.M “Duas estudantes são vítimas de transfobia em escola estadual de Pernambuco, no grande Recife.” Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2022/02/25/duas-estudantes-sao-vitimas-de-transfobia-em-escola-estadual-de-pernambuco-no-grande-recife>.

⁶ Segundo o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras 2020, Bruna G. Benevides Sayonara Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

⁷ Bortoni, Larissa. “Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional.” <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>.

⁸ Segundo pesquisa do site erótico RedTube “Countries Searching Most Often for Trans Porn” Gráfico acessos pornôns pessoas trans; Brasil lidera.

essa dialética de forma bastante elucidativa: “aquilo que é construído pelo centro como abjeto, o corpo “pecaminoso/doente do travesti” é reelaborado nos marcos do prazer, tornando-se estruturante do desejo. ” (PELÚCIO, 2009, p.20), ou seja, o corpo trans é a um só tempo objeto de fetiche e alvo de aversão.

Seres abjetos (in) desejados ameaçam a norma cisheteronormativa, representam um risco à sociedade e por isso devem ser marginalizados. Nesse contexto, “abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade”. (MISKOLCI, 2013, p.104). Temido por ser uma “aberração”, esse corpo, porém, é imbuído de poder quando implode as barreiras de gênero, impondo-se através de sua corporalidade reconfigurada e desejada.

Diante da abjeção que representa os corpos trans e a partir da premissa de que tais corpos devem ser eliminados, a soberania do Estado dita “quem pode viver e quem pode morrer” (MBEMBE, 2018, pg. 5). Essa dialética quem vive/quem morre requer entendimento a partir dos elementos de sujeição e abjeção, para compreendermos a escolarização formal desses corpos indesejados.

Na escola, essa presença desestabiliza uma ordem estrutural hegemônica. A escola “sempre esteve, e ainda está preocupada em vigiar, controlar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres”. (LOURO, 2000, p. 2). Mas não sem resistência, pois esses corpos buscam por legitimação e reivindicam direito à educação. Nessa batalha por reconhecimento social, estudantes trans se veem condicionadas (os) à “autorização das instituições guardiãs das normas, nesse momento se estabelece um outro campo de disputas e de hierarquias. É nesse campo que se insere a transexualidade” (BENTO, 2017, p. 47).

As violações de direitos básicos de pessoas trans acontecem cotidianamente na escola, seja pela negação quanto ao uso do nome social, enfrentamentos pelo uso do banheiro correspondente a sua identidade de gênero, não aceitação dos seus corpos ou assédio moral. Nesse sentido, nos interessa saber como a não inclusão de pessoas trans no currículo escolar também se constitui uma violação de direitos.

A escolarização formal impõe ao educando adequação de conduta, enquadramento em normas pré-estabelecidas que balizam uma educação engendrada pela disciplina, ordem, proibições e a submissão de corpos, tornando-os maleáveis e enquadrados. Corpos dóceis são moldados para satisfazer o mercado e obedecer ao Estado. Foucault enfatiza

que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.” (FOUCAULT, 1987, p. 163). A escola concebe mecanismos que tentam “normalizar” os corpos dissidentes. E se, contrariando essas normas, houver resistência, dissidências na escola, por exemplo, na pedagogia tradicional, no currículo formal?

O desafio da escola é transcender os limites impostos por um currículo pautado em teorias tradicionais, se reconfigurar para acomodar aqueles que se alijam de discursos normativos. Ao reivindicarem legitimidade das suas subjetividades na escola, os estudantes trans contestam a estrutura tradicional, que negligencia saberes subalternos. Nesse contexto, os movimentos identitários reivindicam essa centralidade epistemológica nos currículos escolares já há algumas décadas (LOURO, 2014). Assim, as temáticas gênero e sexualidade e os conhecimentos pertinentes tentam se deslocar da margem, tensionar o currículo e o *status quo* de gênero normativo e possivelmente desconstruir certezas e lógicas binárias, através de alternativas como a pedagogia *queer*.

Nessa perspectiva, “pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade.” (SILVA, 2005, p.107). Ao colocar em pauta aspectos da sexualidade, a teoria *queer* objetiva desconstruir conflitos internos e externos inerentes às (aos) estudantes no que diz respeito às imposições sociais heteronormativas.

Embora a formulação da teoria *queer* remonte ao final dos anos 1980⁹, alguns pensamentos surgidos no campo da educação nos Estados Unidos nos últimos anos evidenciam uma preocupação com pedagogias inclusivas, por exemplo, *queering the curriculum*, entendida como “uma abordagem razoavelmente recente, que professores estão usando para implementar pedagogias de ensino culturalmente sensíveis no ensino fundamental” (LOZADA, 2020, p.1, tradução nossa)¹⁰ e que pode representar uma possibilidade de reestruturação curricular, uma vez que educadores lançam mão de tal abordagem, incorporando a teoria *queer* como ferramenta para não só desestabilizar a cisheteronormatividade, mas também reconhecer a produção de conhecimento de grupos

⁹ Leandro Cooling pontua que “a teoria *queer* começou a ser desenvolvida a partir do final dos anos 80 por uma série de pesquisadores e ativistas bastante diversificados, especialmente nos Estados Unidos.” Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf> Acesso em: 23 de junho de 2022.

¹⁰ No original: “Queering the curriculum is a fairly recent approach teachers are using to implement culturally responsive teaching pedagogy in elementary classrooms.”

minoritários marginalizados. Esses conhecimentos e saberes, “para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografia” (RIBEIRO, 2019, p.75). Um currículo *queer* ao incorporar conhecimentos associados a sexualidades não-conformativas, pode contribuir para uma universalização de conhecimentos. Nessa perspectiva, Moita Lopes destaca que, “[...] a concepção de uma coligação anti-hegemônica está na base da criação de um novo universalismo, ou pluriversalismo, que desafia a hegemonia da globalização do pensamento único [...] liderado pelos chamados países centrais e suas agências”. (LOPES, 2008, p. 86).

Considerações Finais

Acolhimento de corpos trans nas instituições de ensino básico, através de reformulações curriculares, desconstruções de normas hegemônicas, possibilidades de pedagogias alternativas, como a pedagogia *quer*, se fazem urgentes para criar condições humanizadas de ser e estar na escola. Currículos inclusivos beneficiam todos os estudantes, promovendo diversidade e os ensinando sobre a miríade de identidades e suas implicações nas comunidades. Garantir aos jovens LGBTQIA+ uma educação de qualidade, que reflita quem eles são, é uma questão de direitos humanos. Nesse micro espaço de poder que é a escola, o papel do educador é encontrar brechas para trazer essas demandas e reivindicações para a sala de aula, acolhê-las e confrontá-las no chão da escola.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. 1ª edição eBook. São Paulo. Editora e livraria brasiliense, 2017.

_____. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu Cadernos Pagu, n.º. 42 (06 2014): 249-74**. Acesso em: 1 Julho 2022, pp. 249-274. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>.



Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras 2020, Bruna G. Benevides, Sayonara Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

LOURO, G. L. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LOZADA, Erika. **Queering the curriculum**: A Content Analysis of Award-winning Children's Literature Using a Queer Lens (2020). Dissertação. Universidade Northeastern, Universidade de Illinois. Chicago, Illinois. Disponível em: <https://neiudc.neiu.edu/uhp-projects/16> Acesso em: 22 de junho de 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil dos fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2013.

MOITA LOPES, L. P da. Outras vozes e outros conhecimentos. In: MOITA LOPES, L.P da. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo, SP: Parábola editorial, 2008, p. 86.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.